

Esta Terra é Nossa

*Como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra saiu do governo de direita mais forte do
que nunca*

VINCENT BEVINS*



Este artigo foi publicado na edição de maio de 2025, com o título “Esta Terra É Nossa”.

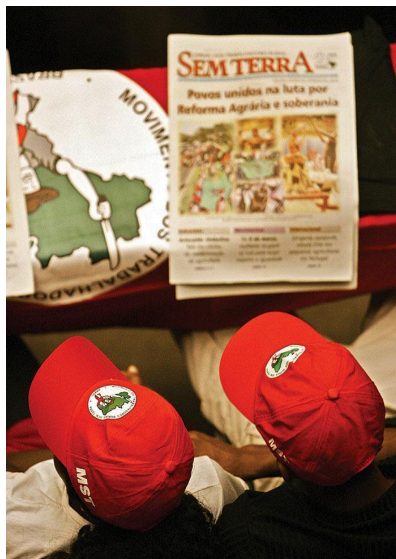
Se você frequentou restaurantes da moda em São Paulo entre 2021 e 2022, provavelmente terá visto o boné vermelho. Se esteve na Mamba Negra, a festa rave, com DJs vindos de Berlim, ou em exposições de arte — resumindo, se circulou entre a elite cultural progressista do país —, provavelmente terá visto o boné vermelho.

O boné em questão é um boné de beisebol vermelho com a estampa de um homem e uma mulher emergindo de um mapa verde do Brasil. O homem ergue um facão acima da cabeça — pronto para cuidar da lavoura ou, se preferir, para ir à luta. A imagem é o logotipo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), usado desde pouco depois da fundação do movimento, em 1984.

O MST defende a redistribuição de terras ocupando terrenos controlados pelas elites tradicionais do país ou por capitalistas em ascensão que lucram com o boom do agronegócio. O grupo se apoia em um artigo da Constituição brasileira que determina que a terra deve cumprir

uma “função social”; se seus membros consideram que uma terra é improdutiva ou está sendo mal utilizada, eles montam acampamento e lutam pelo reconhecimento legal de seus assentamentos. Ao longo de quatro décadas, o MST se tornou o maior movimento social da América Latina — e talvez do mundo. Reúne até 2 milhões de pessoas em todo o país e tem sido uma presença constante na esquerda radical da política brasileira.

Durante a presidência de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2023, a popularidade do boné vermelho cresceu. Quase todos os membros do MST vêm de setores pobres da sociedade e quase todas as suas atividades são rurais — e, ainda assim, os jovens do centro da cidade desfilavam com os adereços do movimento. “Não fia” escreveu alguém em um tuíte. “Esse boné está virando acessório de balada.” O Setor de Comunicação do MST respondeu ao post viral com uma nota: “A reforma agrária exige o apoio de toda a sociedade.” O MST se orgulhava de ver pessoas usando seus símbolos. “Mas não se esqueça!”, continuava o comunicado. “É preciso também estar comprometido com a luta do povo.”



Vermelho por toda parte: membros do MST participam do Congresso Nacional em Brasília com um exemplar do jornal do movimento, Sem Terra, em março de 2006.
(Evaristo SA / AFP via Getty Images)

A proliferação do boné foi, na verdade, o resultado de um plano cuidadosamente traçado para estabelecer vínculos entre o MST e forças mais amplas da sociedade durante um período perigoso para a esquerda brasileira. O governo Bolsonaro promoveu a destruição desenfreada da floresta amazônica, incentivou a posse de armas no país e foi explicitamente hostil ao MST. (O ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro chegou a publicar um panfleto sugerindo que um

pacote de balas era a solução tanto para os javalis quanto para o Movimento Sem Terra). Durante sua presidência, o MST optou por reduzir o ritmo das ocupações de terra para proteger seus membros. Paralelamente, fez uma aliança tática com setores progressistas da burguesia urbana e usou seus acampamentos existentes para se tornar um grande produtor de alimentos orgânicos. A estratégia funcionou: vendendo vestimenta radical para os ricos e ajudando a alimentar os pobres, o MST ganhou apoio nas cidades.

Talvez não exista organização com melhor reputação entre os esquerdistas do mundo do que o MST. Seus admiradores dizem que o movimento conseguiu realizações que escapam a outras iniciativas progressistas: mantém uma abordagem radical, lutando por uma revolução a longo prazo, enquanto provê moradia e renda para trabalhadores no curto prazo; adaptou-se a condições mutáveis sem sofrer grandes rupturas; e lutou para tirar Luiz Inácio Lula da Silva da prisão em 2019 e recolocá-lo no poder, tudo isso mantendo sua independência em relação ao Partido dos Trabalhadores. “O MST nos inspira muito como movimento político e social,” disse Enzo Camacho, do ALPAS Pilipinas, grupo que organiza a diáspora filipina em Berlim. Belén Díaz, socióloga e membro do coletivo feminista de esquerda Bloque Latinoamericano, foi mais direta: “O Movimento Sem Terra é o movimento social mais respeitado do mundo.”

Edição atual

N

EST. 1865

THE

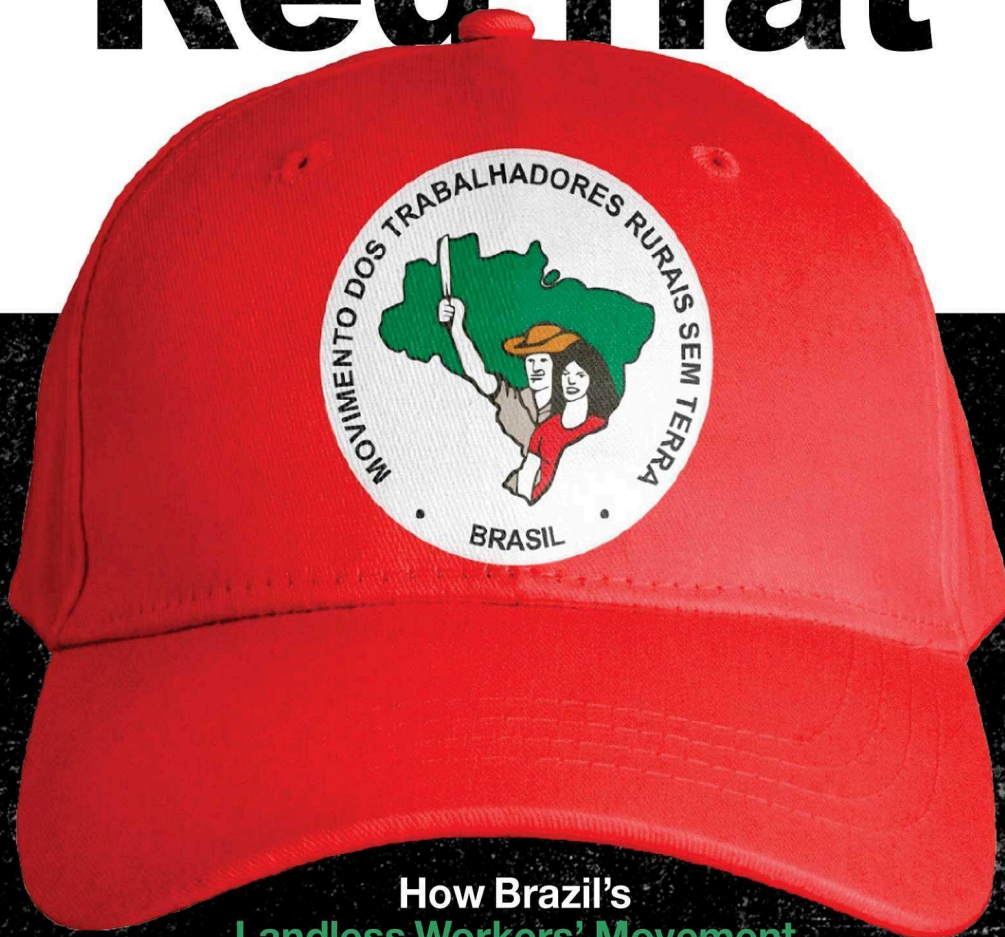
Nation.

MAY 2025

SPRING
BOOKS
ISSUE

AN
EPIDEMIC OF
COWARDICE
JODI DEAN

THE OTHER Red Hat



How Brazil's
Landless Workers' Movement
emerged from right-wing
rule stronger than ever.

VINCENT BEVINS

THENATION.COM

“Como o Movimento Sem Terra do Brasil saiu do governo de direita mais forte do que nunca.” -

Vincent Bevins

[Edição de Maio de 2025](#)

Em outubro de 2022, o Partido dos Trabalhadores recuperou as chaves do Palácio do Planalto e, apesar de uma tentativa de golpe semelhante ao 6 de janeiro nos EUA por parte de Bolsonaro e seus apoiadores, Lula assumiu o cargo no ano seguinte. Com a democracia preservada e os reacionários fora do Executivo, o MST adotou uma postura mais ofensiva: voltou a ocupar terras improdutivas e a ocupar fazendas ilegais. O retorno do movimento à sua forma pré-Bolsonaro pareceu surpreender o governo Lula e gerou certa atenção da grande mídia. Em 2023, uma manchete do *New York Times* dizia: “Se você não usar sua terra, esses marxistas podem tomá-la.”

Embora Bolsonaro tenha sido derrotado em 2022, seu Partido Liberal conquistou a maioria das cadeiras do Congresso. Lula precisa negociar com forças de direita financiadas por grandes proprietários de terras e por um agronegócio voraz, sob o risco de que seu governo enfrente um processo de impeachment ou sofra abusos do sistema judiciário — como as cruzadas que derrubaram a ex-presidenta de inclinação progressista, Dilma Rousseff, em 2016, e levaram o próprio Lula à prisão em 2018. O movimento bolsonarista também continua usando seu poder, tanto dentro das instituições oficiais quanto nas ruas, para atacar o MST. Para atender às necessidades de seus membros em um país de proporções continentais, o MST precisa agir com agilidade e habilidade, navegando entre essas forças poderosas e contraditórias. De um lado, é chamado a servir de modelo para organizações de esquerda ao redor do mundo. De outro, enfrenta forças reacionárias nacionais que continuam determinadas a extingui-lo.



Visão vermelha: apoiadores de Lula se reúnem em frente a uma faixa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no estado do Paraná, em março de 2018.
(Eraldo Peres / AP Photo)

Em 2023, o primeiro ano do atual mandato de Lula, estive presente na quarta Feira Nacional da Reforma Agrária do MST, em São Paulo, realizada para apresentar tanto os membros do movimento quanto seus produtos. Foi a celebração de uma organização que, de forma notável, parecia ter saído dos anos Bolsonaro ainda mais forte do que antes.

Gilmar Mauro, membro veterano da direção nacional, disse à imprensa reunida que se acostumasse com o retorno do MST à pressão ativa. “Temos que abandonar essa ideia de que existe um MST bom e um MST ruim, ou de que o MST do passado não é o MST do presente”, afirmou Mauro. “Se você gosta da nossa comida, se você gosta do nosso arroz orgânico, da nossa manteiga e do nosso trabalho de combate à fome nas cidades, então precisa entender que tudo o que temos veio por meio da ocupação.”

Mais tarde, encontrei Mauro na sede da Secretaria Nacional, em São Paulo, ao lado da loja onde o MST vende pilhas de seus famosos bonés vermelhos. Sentamo-nos frente a frente em uma grande mesa de madeira, rodeados por uma pequena biblioteca com livros em português, espanhol e inglês.

Não é apenas o bronzado vermelho-escuro de Mauro, emoldurado pelas mangas da camisa azul desbotada, que o identifica como agricultor. Ele fala com o sotaque arrastado e característico do interior agrícola do Brasil. Vem de uma família de trabalhadores rurais sem terra e ascendeu dentro do movimento ao longo de décadas, tornando-se um de seus líderes mais conhecidos publicamente.

Acadêmicos dos Estados Unidos ou da Europa que leem muito Antonio Gramsci talvez chamassem Mauro de um “intelectual orgânico” — alguém oriundo da própria classe cujos interesses ele defende. Os membros do MST talvez também o chamem assim, já que eles próprios leem bastante Gramsci nos programas de formação política do movimento.

Embora seja difícil obter números precisos, há centenas de milhares de famílias no MST. Algumas vivem em terras legalizadas (*assentamentos*), outras em terras ocupadas (*acampamentos*) que aguardam reconhecimento pelas autoridades da reforma agrária, e outras ainda atuam como militantes em tempo integral. Espalhadas por um país com o dobro do tamanho da União Europeia, essas famílias tomam decisões em grupos de mensagem e em reuniões periódicas que muitas vezes exigem longas viagens de ônibus.

Mauro atribui a resiliência do movimento à sua estrutura organizacional. Uma determinada “linha política” é definida de forma democrática, e, uma vez tomada a decisão, todos a seguem — inclusive aqueles que inicialmente eram contra. Parafraseando a teórica marxista Rosa Luxemburgo, Mauro explicou: “É muito melhor que todos discutamos, planejemos e erremos juntos do que cada um acerte de maneira individual.”

Já era quase pôr do sol, mas Mauro tomava uma quantidade impressionante de café preto enquanto conversávamos. Na parede à sua esquerda, havia uma imagem do revolucionário mexicano Emiliano Zapata; à direita, uma foto do MST marchando contra a prisão de Lula, em 2018. Do lado de fora, pendurada na parede, uma grande fotografia do defensor dos direitos indígenas Bruno Pereira ao lado do meu amigo, o jornalista britânico Dom Phillips. Eles foram assassinados em 2022, enquanto trabalhavam juntos na Amazônia — um ato de retaliação pelo trabalho de Pereira em defesa das comunidades indígenas contra invasões ilegais de terras. Esse é o tipo de violência que também ronda o MST.



Terras da esquerda: Adonilton Rodrigues trabalha na roça em um acampamento do MST em Planaltina, em 24 de abril de 2024.
(Evaristo SA / AFP via Getty Images)

Jocelda Ivone de Oliveira, 42 anos, faz o possível para se manter atualizada sobre os acontecimentos nacionais e geopolíticos. Ela vive no estado do Paraná, em um dos acampamentos do MST, e acompanha os debates do movimento pelo celular. Às vezes, vai até a capital local, Curitiba, para participar de reuniões. Mas a maior parte do seu tempo é dedicada às tarefas do dia a dia em casa, no coração agrícola do Brasil. Oliveira integra a coordenação do acampamento onde vive, que abriga mais de mil pessoas que vivem e trabalham na terra.

Levei algumas horas para chegar ao local a partir da cidade mais próxima. Precisei sacolejar por estradas de terra vermelha cercadas por altos eucaliptos. Mas o horizonte se abriu quando entrei no acampamento e descí até uma pequena vila, onde algumas dezenas de construções simples se agrupavam em torno de um cruzamento. Os moradores me conduziram até um barracão verde construído para receber visitantes — eu me alojaria ali com alguns professores — e então Oliveira veio me levar até a escola.

“Todos os dias eu acordo, preparo o café da manhã, cuido da minha família e a gente se dedica ao acampamento”, ela me contou. “Mas todos os dias eu também me preocupo com a possibilidade de sermos expulsos desta terra, de o governo nos tirar daqui, e mais uma vez ficarmos sem saber o que será do nosso futuro.”

Oliveira e eu subimos uma colina até a escola do acampamento; hoje ela faz parte do sistema público nacional de ensino, o que garante acesso a recursos do Estado. Naquele dia, autoridades da secretaria municipal de educação estavam em visita, e militantes que atuam no Setor de Educação do MST lhes serviam bolo e café doce enquanto eles inspecionavam os novos computadores do laboratório de informática.

Na mesma rua, o pequeno Mercado Che Guevara, decorado com uma pintura do revolucionário argentino, estava prestes a fechar, enquanto o bar do outro lado da estrada se preparava para abrir. Em ambos, era possível comprar alimentos produzidos localmente, ou produtos industrializados trazidos da cidade.

Os acampamentos contam com uma estrutura organizacional complexa. Idealmente, as responsabilidades são atribuídas com base nas habilidades de cada pessoa. O Setor de Disciplina é responsável por fazer cumprir as regras; casos de violência doméstica ou abuso infantil, por exemplo, resultam em expulsão imediata. O uso de drogas é proibido, principalmente para proteger os acampamentos de acusações de tráfico ou de envolvimento com atividades criminosas. O MST exige que pelo menos 50% da direção nacional seja composta por mulheres, mas, nos acampamentos, esse percentual costuma ser ainda maior.

O movimento também atribui tarefas políticas. Quando Lula esteve preso em Curitiba, o MST enviou militantes diariamente — durante os 580 dias de sua detenção — para se posicionarem em frente à prisão, exigindo sua libertação. (Em 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou as acusações de corrupção contra ele.) Durante a vigília, o MST organizou formações ideológicas no local, e psiquiatras ofereceram atendimento terapêutico gratuito aos militantes e suas famílias acampadas ali.

Muitos membros do MST aproveitam com entusiasmo a oportunidade de ir à cidade para participar das atividades do movimento. Outros, acostumados à vida tranquila no campo, vão a contragosto. Mas o acampamento é organizado de forma coletiva, e algumas tarefas não são opcionais. “T tecnicamente, ninguém é obrigado a fazer nada,” brincou Roberto Soares, professor de geografia do ensino médio, enquanto seus alunos terminavam um jantar gratuito servido após a aula — frango com polenta. “Assim como ninguém é obrigado a viver em um acampamento como parte do MST.”

Embora o grupo esteja presente há bastante tempo na região e tenha criado laços profundos com a comunidade local, Oliveira tem motivos para se preocupar. O Paraná é um importante reduto do bolsonarismo. Não se trata apenas da força do agronegócio privado e do perfil conservador do eleitorado. O estado foi o epicentro da cruzada anticorrupção apoiada pelos Estados Unidos — e hoje desacreditada — que perseguiu o Partido dos Trabalhadores por anos. O juiz que condenou Lula à prisão, e que o Supremo Tribunal Federal posteriormente

considerou parcial, entrou imediatamente para o governo Bolsonaro em 2019; hoje, ele é senador pelo Paraná.

Sobreviver aqui exige uma dança delicada e cautelosa em torno das forças reacionárias. “O que o Bolsonaro queria?”, perguntou Oliveira enquanto conversávamos perto de sua casa, em uma noite tranquila. “Ele buscava uma provocação que pudesse servir de pretexto para nos massacrar. A gente não poderia vencê-lo num confronto direto. Então fizemos o contrário e focamos no que sabemos fazer de melhor: produzir comida.”

Essa estratégia se mostrou fundamental durante a pandemia, quando, apesar do boom do agronegócio que hoje impulsiona grande parte do PIB brasileiro, milhares de pessoas passaram fome. Em resposta, o MST enviou 7 mil toneladas de alimentos para serem distribuídos nas cidades.

Neste acampamento, cada família cultiva alimentos para sua subsistência — mandioca, abóbora, arroz, feijão, além de uma grande variedade de frutas e alguns animais. Mas também destinam uma parte da terra para culturas comerciais. Com essa renda, compram tratores, carros, planos de celular e até óculos escuros estilosos.

Miriam Barino, uma mulher de fala mansa e de meia-idade, coordena a produção de alimentos de subsistência do acampamento. Tem filhos que trabalham na cidade, e sua vizinha, Marilda Silva Pereira, tem uma filha que atua como química na Alemanha.

“Eu era meeira, mas agora não preciso mais pagar aluguel pra nenhum patrão,” contou Barino, enquanto dois moradores cuidavam da terra ao lado dela sob o sol baixo do inverno.

Ela administra um sistema complexo de lotes, organizados em um mapa desenhado à caneta em uma folha envelhecida que me mostrou na cozinha. “Do nosso ponto de vista, a maioria das pessoas que vive nas favelas das cidades foi expulsa da terra quando os grandes fazendeiros substituíram a mão de obra por máquinas,” disse ela. “O lugar delas é aqui.”

Às vezes, as ocupações do MST se transformam em assentamentos rapidamente; outras vezes, levam décadas; e, em alguns casos, são consideradas ilegais ou desfeitas à força. Este acampamento no Paraná provavelmente será regularizado com o tempo, caso as autoridades da reforma agrária cheguem a um acordo sobre o valor a ser pago aos proprietários da terra.

Mas, mesmo depois de 20 anos no local, Oliveira, Barino e os demais ainda são considerados ocupantes, não residentes permanentes. Há um grupo de vigia na única entrada que liga o acampamento à rodovia mais próxima. No dia em que cheguei, precisei me identificar para

passar pelos cinco ou seis guardas que estavam ali, atentos, observando a barreira enquanto a grande bandeira vermelha com o mesmo símbolo do boné tremulava ao alto.



Poder de protesto: Integrantes do MST realizam manifestação em Brasília para pressionar o Tribunal Superior Eleitoral a libertar Lula da prisão, em agosto de 2018.
(Andre Borges / AGIF via AP)

O MST traça suas origens a dois movimentos distintos da história brasileira. As Ligas Camponesas — organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro nos anos 1950 — são seu antecedente mais evidente. Após o golpe apoiado pelos EUA em 1964, a ditadura militar reprimiu brutalmente as Ligas, formadas por meeiros e outros trabalhadores sem terra. O movimento também remonta a setores da Igreja Católica inspirados pela teologia da libertação; muitos de seus membros mais antigos têm alguma ligação com a Comissão Pastoral da Terra, um grupo rural da igreja surgido durante a ditadura. (Essa dupla linhagem, de padres e marxistas, não é incomum no Brasil: alas católicas progressistas e ex-guerrilheiros formaram as fileiras iniciais do Partido dos Trabalhadores, de Lula.)

Mas, em seus livros e programas de formação de quadros, o MST se insere em uma narrativa muito mais longa, que remonta à Roma Antiga e atravessa o feudalismo europeu. O movimento vê as lutas pela terra no Brasil como fundamentais: o país nasceu como uma colônia exportadora de produtos agrícolas, com terras concedidas a aristocratas pelo sistema português e mantidas produtivas por povos indígenas e pessoas escravizadas. Séculos depois, segundo o MST, esse sistema continua mais ou menos intacto — com a diferença de que muitos dos descendentes desses trabalhadores foram expulsos da terra e forçados à pobreza e aos perigos da vida urbana.

Nesta narrativa, há uma série de oportunidades perdidas. Após a abolição da escravidão, em 1888, a monarquia não ofereceu reparações às pessoas que haviam trabalhado nas fazendas, e o país jamais realizou uma reforma agrária. O MST aponta os programas de distribuição de terras do presidente Abraham Lincoln como parte da razão pela qual os Estados Unidos avançaram à frente da América Latina — com grandes ressalvas, incluindo o abandono das comunidades anteriormente escravizadas e a destruição das nações indígenas pelos EUA (o movimento defende com firmeza o reconhecimento das terras indígenas no Brasil). Já no século XX, a burguesia brasileira se mostrou fraca demais para impulsionar com eficácia a reforma agrária que permitiria ao país se industrializar. Os recursos naturais do Brasil continuaram concentrados nas mãos de uma elite minúscula e predatória, ao mesmo tempo brutalmente extrativista e estupidamente ineficiente.

Como resultado, o Brasil mergulhou no subdesenvolvimento; a literatura do MST enfatiza que foi justamente o impulso pela reforma agrária, promovido pelo presidente progressista João “Jango” Goulart, que levou os ricos a se unirem por trás do golpe de 1964, apoiado pelos Estados Unidos. O governo militar que se seguiu chegou a elaborar um plano para distribuir pequenos lotes a famílias brasileiras, mas os poderosos latifundiários bloquearam sua implementação.

A partir do início da década de 1980, à medida que o país começava a caminhar rumo à democracia, trabalhadores sem terra passaram a se mobilizar para reivindicar a concessão de lotes, especialmente no Sul. Seu método era a ocupação, e eles se unificaram no MST em janeiro de 1984. Em 1988, a nova Constituição passou a prever que a terra poderia, sob certas condições, ser entregue a famílias. Grande parte da legalidade e legitimidade das ações do MST se baseia no Artigo 186, que estabelece os requisitos mínimos para os proprietários privados: eles devem “dar uso racional e adequado” à terra e “preservar o meio ambiente natural”, além de cumprir todas as normas rurais e trabalhistas; e o Estado deve indenizá-los caso suas propriedades sejam desapropriadas. Mas, assim como ocorre com as garantias à Amazônia e aos povos indígenas, essas promessas esbarraram no poder econômico privado. Na ausência de pressão adicional, os funcionários do INCRA pareciam nunca agir. Para o MST, a solução foi ocupar.

Durante os dois primeiros mandatos de Lula, de 2003 a 2010, a economia cresceu fortemente, graças em parte às exportações de commodities para a China. Mas esse crescimento desacelerou quando os preços caíram e o país foi consumido por crises políticas entre 2015 e 2018: Dilma Rousseff foi substituída por Michel Temer, o presidente pró-mercado não eleito; Lula foi preso; e, quando Bolsonaro concorreu em 2018, os tempos de bonança já tinham ficado para trás para os brasileiros da classe média baixa. Com a vitória de Bolsonaro, os grandes proprietários rurais passaram a contar com um apoiador declarado no Palácio do Planalto. João

Pedro Stédile, há muito o intelectual mais proeminente do MST, surpreendeu-se com o fato de tão poucas pessoas — além do próprio MST — terem saído em defesa do Partido dos Trabalhadores quando Lula foi preso. “Faltou apoio popular,” disse Stédile, “porque os trabalhadores já haviam sido derrotados como classe.”

Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário de Lula, recebeu a tarefa de lidar tanto com a pressão da esquerda quanto com os ataques da direita. “Este governo ouve os movimentos sociais, e nós fazemos a filtragem”, contou-me Teixeira, tarde da noite, enquanto se preparava para uma reunião com as autoridades da reforma agrária na capital. Ele acredita que as ocupações do MST são uma forma legítima de pressão, mas também não acha que sejam necessárias agora que seu ministério está avançando com a reforma agrária — concentrando-se na distribuição de terras públicas e das propriedades de donos endividados com o Estado.

Houve pelo menos três ocasiões, em 2023, em que o MST foi longe demais, segundo Teixeira — incluindo ocupações de terras pertencentes a uma empresa de papel e celulose e a uma empresa estatal de pesquisa agropecuária. Se o movimento ocupa uma terra que, posteriormente, se comprova estar em uso legal, a Justiça não reconhece o assentamento e determina a desocupação do acampamento. Às vezes, o alvo é escolhido erroneamente, e o MST se retira. Mas as ocupações de uma empresa produtiva e de instalações estatais foram mais um “protesto” intencional, explicou Teixeira, embora ele diga que gostaria que o MST tivesse feito sua reivindicação de outra forma. “Tudo o que tem sido feito, toda a reforma agrária que tem sido realizada, tem ocorrido dentro da legislação vigente e dentro da Constituição.”

Após os dois primeiros mandatos de Lula como presidente, à medida que a popularidade do Partido dos Trabalhadores começava a diminuir, alguns ativistas (e integrantes) acharam que o MST havia se aproximado demais do governo e deixaram o movimento publicamente. No entanto, durante os anos sombrios do extremismo de direita, muitos passaram a valorizar a estrutura, o pragmatismo e os vínculos institucionais do MST. Agora que Lula está de volta, líderes do movimento reclamam que esquerdistas bem-intencionados (inclusive os que estão no governo) lhes dizem que as ocupações já não são mais necessárias, que o foco intenso do grupo na reforma agrária radical é menos relevante em um país cada vez mais urbano ou que ele precisa encontrar uma forma de conviver com o agronegócio em vez de tentar substituí-lo.

O MST, é claro, não concorda. Seu setor chamado Frente de Massas realiza ações de base constantemente para recrutar brasileiros da classe trabalhadora. A poucas horas de Brasília, no conservador estado de Goiás, um conhecido recrutador local, apelidado de Frangão, participou ativamente dessa campanha. Investigando na comunidade, ele ajudou a encontrar dezenas de pessoas interessadas em conquistar um pedaço de terra, reunindo um grupo de aspirantes a

revolucionários. Encontrei as mulheres desse grupo na periferia pobre da capital do estado, Goiânia.



O intelectual público: João Pedro Stédile em uma coletiva de imprensa no Rio de Janeiro, em dezembro de 2005.

(Vanderlei Almeida / AFP via Getty Images)

Em uma manhã de março de 2023, elas acordaram bem cedo e, junto com um grupo formado por aproximadamente 600 famílias, partiram para ocupar uma grande fazenda nos arredores de Goiânia. A bordo de carros e vans, entraram na propriedade e hastearam a bandeira do MST em um mastro feito de cana-de-açúcar. Vieram preparadas para meses, senão anos, de acampamento.

Marlene Pereira de Morães, de 65 anos, uma das novas recrutas, me contou que tinha esperança de que o restante de sua família pudesse se juntar a ela em um acampamento bem-sucedido. Eles achavam que tinham boas chances com aquela propriedade, já que o dono havia sido condenado por tráfico de mulheres para exploração sexual. Mas o governador do estado tinha outros planos: durante sua campanha, prometera que não haveria novas “invasões” de terras privadas. Ele enviou a polícia militar e utilizou forças estaduais para intimidar muitas das famílias, fazendo com que desistissem. Ueber Alves, advogado do MST, me disse que essa tática é ilegal. Mas quando um governador descumpre esse tipo de lei, não está claro quem deveria responsabilizá-lo.

Morães e outras quatro recrutas recentes do MST sentaram comigo enquanto aguardavam uma decisão da Justiça para saber se poderiam ou não estabelecer seu acampamento. Algumas tinham experiência na agricultura, outras não; todas estavam ocupadas estudando a filosofia do MST. “Me joguei no movimento de corpo e alma”, me contou Avelice Pereira de Sousa. “Queremos conquistar um pedaço de terra, um lugar para cultivar, produzir e envelhecer. E o

nosso objetivo maior, é claro, é a reforma agrária em todo o país.” Francisca Rocha Costa, de 68 anos, me perguntou, com muita educação, se também poderiam gravar a entrevista. Alguém havia alertado que jornalistas inescrupulosos poderiam distorcer suas palavras.

No meu último dia em seu acampamento no Paraná, Oliveira passava a tarde com sua filha Heloísa enquanto cortavam um porco para o consumo. Como frequentemente acontece, a conversa acabou girando em torno da história da reforma agrária. “Está claro que Mao só venceu a guerra civil porque tinha o apoio dos camponeses, o respaldo do povo contra os grandes proprietários de terra”, disse ela. Sua vizinha Edna Santos, diretora do Setor de Educação do acampamento — ou seja, responsável pelas escolas que o MST construiu e integrou ao sistema público nacional — entrou na conversa, tentando se lembrar de uma palavra específica. “Como era mesmo o nome do tipo de servidão que existia na Rússia?”, perguntou. “Servos. Sim, eles viviam sob o regime de servidão, enquanto na China era diferente. Lá, eram apenas camponeses muito pobres.”

Santos, 55 anos, gosta de usar um boné militar com a bandeira de Cuba — outro item que o MST vende nas lojas das cidades. Ela chegou ao acampamento em 2019, após uma tentativa fracassada de obter reconhecimento para um assentamento que levava o nome do famoso Quilombo dos Palmares, uma comunidade formada por africanos escravizados que haviam fugido, durante o período colonial. Além de ajudar a administrar a escola, ela atua como DJ nas festas dançantes de sábado à noite do acampamento. “No começo eu toco música gaúcha, mas à medida que a noite avança, passamos para uma música eletrônica mais pesada”, explicou. O baile acontece na “tenda grande”, mais parecida com um galpão, com enormes bandeiras do MST que pendem do teto e uma bandeira arco-íris com os dizeres “*Toda forma de amor é válida*”. “Essa fui eu que pendurei,” disse ela, orgulhosa.



Terra para todos: Integrantes do MST marcham em 1984, ano da fundação do movimento.

(Arquivo do MST)

O interesse pela missão revolucionária varia bastante dentro do movimento. Há pessoas que se importam principalmente em conseguir seu próprio pedaço de terra e um pouco de paz, longe da violência da cidade. O MST tem um programa de alfabetização inspirado em um modelo desenvolvido em Cuba, mas é fácil encontrar integrantes que não passaram por ele e que só querem trabalhar na roça. Por outro lado, qualquer pessoa que demonstre interesse específico ou um conjunto particular de habilidades provavelmente será indicada para um cargo de liderança ou receberá oportunidades de continuar os estudos. Pode ganhar uma bolsa para cursar uma pós-graduação em agronomia ou educação, estudando meio período em uma universidade importante da região. “Se não fosse pela forma como o movimento revolucionou a educação, se não fosse também por ter ocupado o sistema formal de ensino, o MST não existiria da forma como existe hoje,” disse Rebecca Tarlau, professora da Penn State que escreveu sobre a pedagogia do movimento. “Lá por 1998, não havia um único dirigente, exceto talvez João Pedro Stédile, que tivesse diploma universitário.”

Após sete horas de viagem de volta, atravessando o Paraná em direção à costa atlântica, conheci Sara da Lila Wandenberg dos Santos, coordenadora de 37 anos de um acampamento menor. Ela se formou em pedagogia pela universidade estadual próxima, com os estudos custeados pelo MST, e depois viajou para São Paulo para frequentar a Escola Nacional Florestan Fernandes, a mais importante escola de formação política do MST no país. Lá, ela participou do Latininho, um curso rápido sobre a história dos movimentos sociais, oferecido para ativistas de toda a América Latina. “Eles falavam em espanhol, e os brasileiros conseguiam entender basicamente. O contrário não daria certo,” disse dos Santos, rindo.

Enquanto o acampamento de Oliveira fica na região plana e seca do centro do estado, o de dos Santos está localizado no que restou da densa e úmida mata atlântica. Ao cruzar esse estado, em uma das regiões relativamente mais desenvolvidas do sudeste brasileiro, é possível viajar por rodovias e parar em lanchonetes sofisticadas em postos de descanso que lembram o Arizona atual, ou pegar uma estrada de terra e encontrar algo mais parecido com o Velho Oeste norte-americano de 150 anos atrás - uma cidade em expansão impulsionada por grilagem de terras ilegais onde a lei é imposta por vaqueiros e pistoleiros contratados. Santos observava atentamente por trás de seus óculos de armação preta enquanto conversávamos em seu apartamento, aguardando a filha voltar da escola e o filho do treino de tênis de mesa. Se ela quer crescer dentro do MST, o fato de seu acampamento ter recebido um prêmio por suas iniciativas inovadoras de recuperação do ecossistema local certamente irá ajudar.

“Na realidade, o processo de formação começa no momento em que as pessoas montam um acampamento,” disse Geraldo Gasparin, um dos dois responsáveis pelo programa nacional de formação política do MST. “Você aprende muito simplesmente fazendo. Toda a geração antiga já está de barba branca,” acrescentou. “Nosso trabalho é formar uma nova geração de militantes.”

No dia em que visitei a escola de formação política em São Paulo, um grupo de quadros do MST de todo o país acabava de concluir um curso sobre mulheres pensadoras - brasileiras como Nise

da Silveira, Vânia Bambirra e Lélia Gonzalez, que merecem um lugar no cânone ao lado dos homens brasileiros. Confessei a Ruth Teresa Rodrigues dos Santos, coordenadora do armazém do MST no Rio de Janeiro, que não conhecia todos os nomes. “Nem eu,” ela respondeu. “Essa é uma das coisas que queremos mudar.”

Depois que Lula voltou ao poder, a direita bolsonarista não demorou a lançar um contra-ataque. Alguns de seus principais políticos rapidamente abriram uma CPI para investigar crimes supostamente cometidos pelo MST. Durante meses, a comissão serviu de palco para membros da direita no Congresso denunciarem o movimento social.

A comissão ouviu relatos de fazendeiros que reclamavam da ocupação de suas terras e das intermináveis batalhas judiciais que se seguiam. Um membro de uma dessas famílias com quem conversei mencionou os Estados Unidos e, em seguida, pediu imediatamente que sua fala não fosse atribuída a ele. “Esse tipo de coisa jamais aconteceria no seu país, porque vocês respeitam o Estado de Direito,” disse ele. “E vocês têm uma lei para quem passa dos limites — como é mesmo? ‘Vamos lá, me deixe feliz.’”

Notei comparações semelhantes com o conceito de *vigilante justice* ou justiça com as próprias mãos dos Estados Unidos ao longo da minha reportagem. Enquanto esperava para me encontrar com Luciano Lorenzini Zucco, presidente da comissão, sentei-me no escritório do deputado ao lado de uma mochila tática camuflada decorada com a bandeira dos EUA e um emblema do Justiceiro — o logotipo de caveira frequentemente usado por tropas e policiais estadunidenses. “O direito à propriedade é respeitado nos Estados Unidos,” disse Zucco assim que chegou. “As leis são rigorosas e aplicadas quando são quebradas. Os fazendeiros são valorizados. É por isso que vemos os EUA como um modelo.”

No final de 2023, a CPI havia perdido força sem sequer produzir um relatório final. Mas, ao longo de 2024, ficou cada vez mais claro que o MST também enfrentava limitações impostas por forças institucionais à esquerda. Embora o governo Lula sinalize constantemente estar do lado da reforma agrária, o reconhecimento de novos assentamentos tem ocorrido mais lentamente do que os agricultores do MST gostariam. Os líderes do movimento entendem que Lula dispõe de recursos limitados e pouca margem de manobra no Congresso, mas também se queixam de que ele poderia estar fazendo mais. Em uma entrevista no ano passado, Stédile afirmou que o movimento estava “puto da cara com a incompetência do governo”.

Nos últimos 15 anos, o movimento confiou em sua organização e em seu apoio popular para exercer força política, atuando na defesa essencial da democracia brasileira, salvando cidadãos da fome e unindo pobres do campo e do proletariado urbano em uma luta comum. Mas essas conquistas, por mais impressionantes que sejam, são distintas da transformação radical da estrutura fundiária, que é sua razão de existir.



Ajuda alimentar: Quando a pandemia chegou, o MST distribuiu alimentos orgânicos para os pobres das áreas urbanas.

(Lia Bianchini / Arquivo MST)

Uma vez que a tendência de usar roupas do MST de fato virou moda, ela inevitavelmente começou a perder força. O boné já não é visto com tanta frequência; não tem mais o mesmo frescor de antes nos espaços descolados do centro. Durante o auge da frente unida anti-bolsonarista, alguns militantes chegaram a brincar que muitos dos modelos e DJs ostentando o boné provavelmente tinham pais que eram donos de grandes fazendas que bancavam seus estilos de vida. Ainda assim, o movimento continua muito mais popular do que era há cinco ou dez anos.

Não houve exatamente uma “guinada à direita” entre as elites culturais do Brasil — como demonstrou o apoio entusiástico ao drama antiditatorial “Ainda Estou Aqui!” —, mas o momento é outro. Em 2021 e 2022, todos se mobilizaram na tentativa desesperada de evitar a formação de um novo regime autoritário; já em 2024, os progressistas passaram a maior parte do ano observando um governo de centro-esquerda tentando se virar da melhor forma possível diante de circunstâncias difíceis. Ao final do ano, candidatos ligados ao MST venceram eleições em várias partes do país.

E então Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Nos últimos dois anos, o movimento bolsonarista nunca escondeu que vê o republicano como um aliado fundamental em sua tentativa de retomar o poder. No início de 2025, sentei-me novamente com Gilmar

Mauro, agora com 58 anos. Ele havia acabado de chegar a São Paulo após plantar uma oliveira dedicada à Palestina em sua própria fazenda.

“Os Estados Unidos são um império em declínio, na nossa visão, e quando impérios entram em declínio, podem se tornar mais agressivos”, ele disse. Trump, naturalmente, é ao mesmo tempo a expressão desse declínio e o veículo de sua agressividade. Se estivesse no poder em 2022, quando Bolsonaro lançou seu ataque violento à presidência, a tentativa de golpe muito provavelmente teria sido bem-sucedida. Mauro acredita que o novo governo Trump irá acelerar a catástrofe climática; que pretende não apenas deportar imigrantes, mas submeter os trabalhadores estrangeiros restantes nos EUA a condições próximas da escravidão; que atacará governos de esquerda na região; e que os oligarcas da direita que controlam a internet mundial usarão suas plataformas para manipular eleições. “Qualquer líder mundial com alguns neurônios funcionando deveria estar rapidamente desenvolvendo alianças para conter essas forças perigosas”, disse ele.

No front interno, Mauro listou uma série de ameaças ao ecossistema brasileiro. O governo Lula destinou apenas uma fração dos recursos necessários para resolver as pendências da reforma agrária, segundo ele. “Isso não significa que não houve avanços. Houve, sim.” Ele apontou a luta contra a extrema direita como a tarefa de maior importância histórica para o governo Lula. Talvez o mesmo se aplique, nos últimos anos, ao MST. “O movimento se tornou uma força organizacional. Agora é um instrumento que pode ir além da sua missão central.”

Na noite de 10 de janeiro de 2025, na cidade de Tremembé, no interior do Estado de São Paulo, um homem local apareceu na comunidade Olga Benário, do MST — nomeada em homenagem à comunista germano-brasileira executada pelos nazistas. Segundo testemunhas, ele acreditava ter comprado uma parte da terra e que poderia usá-la como quisesse. Isso é legalmente impossível — as autoridades da reforma agrária haviam designado a área como um assentamento —, e representantes do movimento o informaram disso. Ele foi embora, mas voltou acompanhado por um grupo de homens armados. Valdir do Nascimento, de 52 anos, se apresentou para dialogar. Os homens abriram fogo, segundo moradores, crivando o acampamento de balas.

“Quando os tiros começaram, não pararam mais. Era um tiro atrás do outro. Aí vi uma faísca sair de uma das armas. Depois disso, foi uma cena de horror”, disse Roseli Ferreira Bernardo, conhecida por todos como Binha. Ela me contou a história em frente à casa de Nascimento. “Ouvi minha filha me chamar, gritando por ajuda. Mas eu virei e disse: ‘Eu não posso ajudar. Eu não consigo andar. Eu não consigo andar.’”

Binha havia levado um tiro no pé. Nascimento e outro homem, Gleison Barbosa de Carvalho, de 28 anos, foram mortos; outras quatro pessoas ficaram feridas. O MST sempre enfrentou a ameaça da violência. Mas esse ataque aconteceu a apenas duas horas da maior cidade da América do Sul, em uma região em rápido desenvolvimento. Teixeira, o ministro do Desenvolvimento Agrário, abriu uma investigação e declarou que o ataque foi o “fruto das sementes plantadas pelo discurso de ódio da extrema direita”.

O MST respondeu de imediato. Acionou uma rede de militantes em acampamentos vizinhos, aliados progressistas nas cidades, contatos na mídia, advogados do movimento e parlamentares simpáticos à causa.

Durante minha visita naquele mês, a comunidade estava em estado de alerta. Entre outros reforços, o movimento havia enviado Thalita Carvalho, moradora de um acampamento próximo que acabara de terminar seu turno de vigília noturna. Quando era mais jovem, ela acreditava na imagem que a mídia passava do MST como um grupo violento que invadia e roubava propriedades. “Olha eu aqui agora”, disse ela, “de coturno e com um facão pendurado no cinto.” Carvalho passou muitos anos como trabalhadora sexual na cidade e foi frequentemente vítima de violência. Contou que isso provavelmente a fortaleceu. “Quando entrei no MST, arrumei confusão por causa de bebida e briga. Fui me acalmando quando percebi que podia confiar em todo mundo, e aí decidiram me colocar na equipe de segurança”, continuou, sorrindo. “Acho que sou a única mulher trans no setor de segurança.”

Ao longo dos anos, mantive contato com as mulheres em Goiás, aquelas recrutadas pelo “Frangão” e pela Frente de Massas. Após meses de espera, elas receberam boas notícias: poderiam voltar à terra que haviam ocupado. As coisas aconteceram rapidamente, e as autoridades da reforma agrária anunciaram que elas poderiam se estabelecer ali permanentemente. Ao contrário do caso na propriedade de Jocelda Ivone de Oliveira, a situação legal da terra usada para o tráfico era relativamente fácil de resolver, e Avelice de Sousa logo assumiu uma posição de liderança em um assentamento legalizado. Ela me enviou uma foto de seu filho brincando em meio a uma plantação de mandioca que começava a brotar.

“Estamos de volta, e estamos felizes”, disse ela. “Mas ainda não terminamos. Queremos trazer mais pessoas para a terra. Neste momento, estamos cavando um poço maior.”

**Tradução para o português de artigo publicado pela revista americana The Nation*

Vincent Bevins é autor de *A Década da Revolução Perdida* e *O Método Jacarta: A cruzada anticomunista de Washington e o programa de assassinatos em massa que moldou o nosso mundo*.

Tradução: Cristiano Borges

Revisão: Natalie Illanes Nogueira